



FORMAS DE VIOLÊNCIA E DOMINAÇÃO (IM)PESSOAL: APONTAMENTOS SOBRE A ATUAÇÃO DE MILÍCIAS RURAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Paola Luchesi Braga¹

RESUMO

O conteúdo aqui desdobrado é uma primeira tentativa de rodear o incômodo com as manifestações de violência no campo no norte de Minas Gerais. O incômodo com objetividade da violência no direciona-se também às interpretações que tendem a tratar seus perpetradores como sendo representantes de uma ordem antiga, cujos atos, em geral, são inadequados aos auspícios da modernidade capitalista. Ocorre que há nexos profundos entre a atualidade das formas de violência e a forma social que pressupõe a dominação impessoal do capital. Os nexos entre estas formas de violência e a dominação impessoal do capital são aqui analisados com base nos elementos caracterizadores de uma milícia rural, organizada no norte de Minas Gerais, em um contexto no qual se evidencia a crise do atual sistema produtor de mercadorias.

Palavras-chave: Violência, Conflitos, Crise, Dominação impessoal, Coronelismo.

RÉSUMEN

El contenido aquí desplegado es un primer intento de dar una vuelta en un malestar investigativo ante las manifestaciones de violencia en el campo del norte de Minas Gerais. El malestar con la objetividad de la violencia también se dirige hacia interpretaciones que tienden a tratar a sus perpetradores como representantes de un orden antiguo, cuyos actos, en general, son inadecuados para los auspicios de la modernidad capitalista. Ocorre que existen profundas conexiones entre las formas actuales de violencia y la forma social que presupone la dominación impersonal del capital. Los vínculos entre estas formas de violencia y la dominación impersonal del capital se analizan aquí a partir de los elementos característicos de una milicia rural, organizada en el norte de Minas Gerais, en un contexto en el que se evidencia la crisis del actual sistema de producción mercantil.

Palabras clave: violencia, conflictos, crisis, dominación impersonal, coronelismo.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, luchesi.paola@gmail.com.



Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “como ele foi de fato”. Significa apoderar-se de uma recordação, tal como ela relampeja no instante de um perigo. (...) Em cada época, deve-se tentar novamente liberar a tradição de um novo conformismo, que está prestes a subjuga-la. Pois o Messias não vem apenas como Redentor, ele vem como o vencedor do Anticristo. Apenas tem o dom de atirar no passado aquelas centelhas de esperança o historiógrafo atravessado por essa certeza: nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 2020 [1940], p.70)

INTRODUÇÃO²

A brutalidade dos métodos de imposição do capital vem sendo percebida pelos vários pesquisadores que se inquietam com o crescimento da violência no campo brasileiro. Os dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra³ apontaram nos últimos anos o crescimento dos números de conflitos em todo o território nacional. Os métodos empregados nessas disputas no entorno do município de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, e principalmente suas tentativas de explicação, têm aqui especial interesse para as considerações que desejamos tecer a seguir.

As denúncias realizadas por uma série jornalística da Repórter Brasil em maio de 2020 trouxeram a público a atuação articulada de cerca de 300 fazendeiros, organizados em torno do Movimento Segurança no Campo (MSC), que vêm promovendo ameaças, emboscadas e desapropriações contra comunidades tradicionais na região norte de Minas Gerais. Entre os fatos explicitados pela reportagem, o emprego de novas tecnologias⁴ para coagir os moradores é anunciado com quase tanto incômodo quanto a atribuição deste tipo de ação violenta a antigos “coronéis” e “jagunços”.

O caráter pessoal das relações políticas locais é destacado por algumas análises sobre o Norte de Minas Gerais, que indicam que nesta região “o coronelismo, a cultura do favor, e não do direito, tem profundas raízes históricas” (PORTO-GONÇALVES, 2021). Outra interpretação recente afirma algo semelhante. Baseando-se nos relatos de coletividades veredeiras e quilombolas, o autor de um artigo sobre conflitos no sertão

² Este texto é uma síntese de questionamentos que vem sendo mobilizados ao longo da pesquisa de mestrado que está em curso desde o início de 2020, ainda sem proposta de título, mas cujo interesse parte da inquietação com questões que aparecem em atividades de campo e questões de pesquisa que estão em elaboração e reelaboração desde 2015.

³ Como apontam os dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra, apenas em 2020 “mais de 914 mil pessoas estavam envolvidas nas ocorrências relacionadas a uma área superior a 77 milhões de hectares”, registrando um aumento de 8% em relação ao ano anterior.

⁴ A primeira reportagem da série traz os relatos de moradores de comunidades quilombolas e de vazanteiros que denunciar estar sendo ameaçados e perseguidos por fazendeiros que estariam utilizando inclusive de drones para vigiar os seus alvos. Link para a íntegra da reportagem: <https://reporterbrasil.org.br/velhochico/de-grande-sertao-a-bacurau>



mineiro fala de afinidades entre as práticas de órgãos ambientais e o *carrancismo* do tempo dos coronéis (COSTA, 2020).

Em comum, ambas as pesquisas destacam as formas de violência pessoal e institucional contra povos e comunidades do norte de Minas Gerais, sendo esta resultante ora da permanência de traços e costumes arcaicos, ora da reemergência destes. Tal raciocínio estreita as diferenças entre os regimes de relações sociais do período coronelista, que correspondeu ao momento da formação do trabalho no Brasil, e o atual momento de territorialização do capital, marcado pela explicitação dos termos da crise estrutural do capitalismo. Se a crítica à brutalidade das formas atuais da violência precisa buscar explicações no passado, não seria esta dificuldade de analisar as relações no presente um indício de que o que está diante dos nossos olhos é algo que vai além do espectro do visível? Algo que demandaria um deslocamento para além do plano empírico para se capturar? Como qualificar estes agentes que atuam em organizações como o Movimento Segurança no Campo hoje? Quais necessidades do capital eles personificam?

Embora possa soar num primeiro momento meio indigesto e até precipitado, o que se deseja propor como posição é que a emergência de movimentos como o MSC no norte de Minas não seja interpretada como um mero resíduo do passado, mas como a expressão de um dos mecanismos de contensão das convulsões sociais em um período de crise profunda. Assim, ainda que haja semelhanças entre a aparência da violência nestes dois momentos de imposição histórica do capital, nem a capacidade técnica, nem os métodos da dominação impessoal são de modo algum os mesmos em cada um destes momentos. Para compreender as violentas implicações da imposição abstrata do capital, proponho analisar a atuação deste grupo de produtores rurais do norte de Minas Gerais.

I. O entalhar dos conflitos no “sertão” mineiro nos arbustos da segunda década do século XXI

O diagnóstico que aponta para o arcaísmo de uma dominação pessoal contemporânea carrega em seu dorso o seu próprio algoz. O imperativo do *progresso* é a armadilha montada no cerne da crítica ao anacronismo destas relações de produção, que são especificamente atribuídas às aparentemente estáticas regiões consideradas



“sertão” – designação cujo uso contemporâneo, por sua vez, estaria associado à baixa integração das localidades assim nomeadas a uma dinâmica econômica global.

Porto-Gonçalves (2021) observa como sendo própria da *modernização conservadora* a tendência de “não ver os de baixo como alguém que seja portador de direitos, um cidadão” (p.14). Para ele o caráter conservador da modernização parece estar sustentado nas infelizes e permanentes raízes coronelistas de uma região que parece ter sofrido poucas mudanças, e que ficou, de algum modo, *às margens do progresso*. O que é intrigante é que este raciocínio conduz justamente à ideia de que para haver mais “direitos e cidadania” para “os de baixo”, as formas políticas teriam de ser revolvidas por uma força que permitiria superar esses arcaísmos estruturais. Tal caminho, ou, *marcha do progresso* “é inseparável da ideia de um tempo homogêneo e vazio” que, ao fim e ao cabo, dissolve as diferenças históricas ao ater-se a um parâmetro linear de desenvolvimento das sociedades. “A crítica da ideia desta marcha deve fundamentar a crítica da ideia de progresso em geral.” (Benjamin, p.49). A crítica à inadequação das formas de violência parece-nos ofuscar o caráter impessoal e historicamente determinado da dominação do capital.

A censura ao atavismo coronelista das relações no “sertão” recai num outro problema, particular ao campo do pensamento marxista, que é o da contradição entre a crítica ao Estado como viabilizador das necessidades do capital e ao pragmatismo das disputas por ocupar e gerenciar os mecanismos institucionais de subsunção do capital. Eis aqui outro limite da crítica ao coronelismo enquanto forma política que restringe a determinados grupos sociais (geralmente vinculados a famílias tradicionais) o controle dos mecanismos institucionais viabilizadores da reprodução do capital. Assim, entendo que ao orientar a crítica por esta bússola teórica o que se alcança, no limite, é a substituição de uma aparência da dominação social por outra.

O incômodo que surge em relação a este recurso ao passado para analisar os conflitos no “sertão” mineiro permite, porém, coçar a pulga que a partir daí passa a se alojar por detrás da orelha. Senão como um ‘eco do passado’, como analisar a violência de milícias rurais como do Movimento Segurança no Campo? Antes de esboçarmos pronta-resposta à pergunta, comecemos rodeando alguns episódios recentes nos quais o movimento esteve envolvido.

Em 18 de abril de 2018, os produtores rurais das proximidades do município de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, uniram-se nos arredores da Fazenda Bom



Jesus para impedir a ocupação do terreno de cerca de duzentos hectares, pertencente à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). Foram empregados tratores e outros tipos de veículos para bloquear o caminho dos materiais e móveis das famílias que se deslocaram até ali para ocupar a terra que pertencia ao estado de Minas Gerais. Durante a ação, a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que havia sido hasteada na entrada da fazenda foi retirada com festividade pelos representantes do agora intitulado Movimento Segurança no Campo (MSC), e em seguida substituída⁵ por uma bandeira do Brasil.

No mês seguinte, seus membros compareceram à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para se posicionarem contra o uso de terras nas margens do rio São Francisco por comunidades ribeirinhas (figura 1). Além de marcarem presença em audiências públicas da ALMG, estes empresários, segundo aponta a Repórter Brasil, atuam com a chancela do secretário de Segurança Pública do estado de Minas Gerais, o general Mário Araújo. O secretário seria um dos integrantes do grupo de mensagens do movimento, tendo participado de algumas das incursões de intimidação programadas por produtores rurais junto de agentes da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Um detalhe nada irrelevante é que Mário Araújo se formou junto do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, na mesma turma na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ). Uma entrevistada, que é integrante do MSC, reforça a importância da eleição para presidência do Brasil do ex-deputado federal, sendo ele uma importante referência para este grupo de fazendeiros do norte de Minas Gerais.

⁵ O vídeo desta ação está disponível aqui:
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/19/interna_politica,952734/produtores-rurais-barram-invasao-dos-sem-terra-no-norte-de-minas.shtml



Figura 1 – Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A audiência discutia a demarcação de terras nas margens do rio São Francisco. Fonte: JORNAL O TEMPO, por Alex de Jesus (2018).

Nesta última ida a campo a cidade parecia estar em uma copa do mundo imaginária. As cores ‘verde e amarelo’ brotavam em diferentes cantos de Montes Claros. Casas, lojas e até anúncios comerciais estavam enfeitados com as cores da bandeira (figura 2). Em anos anteriores a decoração não diria muita coisa, já que cerca de duas semanas antes dessa ida a campo ocorrera a celebração anual do dia da independência do Brasil, no dia 7 de setembro. Em 2018, o município foi um dos 06, dentre 89 pertencentes à mesorregião do norte de Minas, a contabilizar maioria de votos para Jair Bolsonaro nos dois turnos. Em outro contexto se poderia pensar que a profusão de bandeirinhas pela cidade poderia não ter nada a ver com a emergência de uma “nova direita” no Brasil e com o apelo nacionalista que lhes tem sido característico.

Nos relatos de alguns entrevistados apareceu que ainda naquele ano o apoio ao atual presidente seguia forte, demonstrado mais recentemente sobretudo com a marcha de veículos que seguiu de Montes Claros em direção a Brasília para lá apoiar o presidente Bolsonaro e sua intenção de golpe de Estado anunciada para ocorrer a partir daquele dia. Nem era copa do mundo, nem se efetivaram as movimentações golpistas propaladas pelo líder de extrema-direita, mas as marcas do tempo pintaram a cidade com as cores da bandeira.



Figure 1 - Fotos capturadas em atividade de campo em Montes Claros, em setembro de 2021. Autoria própria

Montes Claros é o município com o maior PIB da microrregião norte de Minas Gerais. A produção agropecuária do município é destaque no estado, sendo suas lideranças relativamente influentes tanto em instituições estaduais como a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) quanto junto a lideranças do ‘agro’ no Congresso Nacional e no governo⁶. O Sindicato Rural e a Sociedade Rural, ambas sediadas em Montes Claros, são entidades representativas dos produtores rurais do município e das municipalidades vizinhas. De acordo com o que apurou a Polícia Civil, parece ter sido na sede desta última entidade que saiu a articulação do violento ataque perpetrado, em 2017, contra lideranças de um acampamento em Capitão Enéas.

Neste trágico episódio os acampados da Fazenda Norte América foram surpreendidos por cerca de 30 pistoleiros que estavam escondidos em um caminhão-baú que se deslocava em direção à fazenda ocupada. Os membros do acampamento conseguiram acionar a polícia quando viram o caminhão com os pistoleiros chegando. Com isso, a ação foi parcialmente abortada. Uma das lideranças do acampamento acabou sendo espancada e vários outros acampados foram ameaçados. A ação foi investigada pela Polícia Civil e seu comando atribuído a Leonardo Andrade, empresário da região, cuja fazenda ocupada já estava há anos em litígio judicial. A hipótese da Polícia Civil foi de que o ataque fora orquestrado pelo “Movimento Paz no Campo” – nome utilizado na época – nesta sede Sociedade Rural, em Montes Claros.

⁶ A liderança à qual me refiro é a ex-deputada federal Rachel Muniz. A ex-deputada, liderança política relevante em Montes Claros, tem trânsito intenso no congresso e no governo federal. Embora seus esforços recentes estejam ligados à pauta educacional, sendo ela dona de uma das maiores faculdades privadas do norte de Minas Gerais, a Funorte, a deputada não esconde suas afinidades com o ‘agro’: <https://www. hojeemdia.com.br/primeiro-plano/ministra-da-agricultura-%C3%A9-homenageada-em-bh-em-evento-que-premiou-produtores-rurais-do-estado-1.728707>



II. Parece revolução, mas (não) são (só) milícias!

A adesão de parte dos produtores rurais da região a este movimento que prega o confronto direto contra os considerados “sem terra” partilha das mesmas tendências observadas por Feltran (2020) para “a revolução que estamos vivendo”. O autor analisa movimentos de massa que, segundo ele, têm emergido com elementos semelhantes em várias partes do mundo. Estes, em geral, manifestam uma recusa radical a tudo aquilo que considerem representar o sistema político vigente – que consideram estar profundamente degradado. A necessidade de estabelecimento de uma “nova ordem” que irá produzir um “novo homem” emerge da parte de indivíduos que até pouco tempo se isentavam de se engajar politicamente. É fato curioso é que um movimento aparentemente revolucionário⁷ surja agora com um “sangue (nem tão) novo”, a partir de indivíduos que apenas mais recentemente passaram a se interessar por questões políticas, envolvendo-se com elas de modo mais contundente.

As principais características desses movimentos considerados por Feltran como sendo de caráter revolucionário são o militarismo policial, o anti-intelectualismo e o empreendedorismo. Focaremos aqui apenas no militarismo policial como uma das táticas empregadas para analisarmos o Movimento Segurança no Campo. Feltran considera que parte das práticas de violência destes novos grupos têm como objetivo a “humilhação pública” e a “destruição da reputação” dos indivíduos considerados inimigos.

Observando as publicações nas redes sociais de um movimento homólogo, o Movimento Paz no Campo (que é de São Paulo) os “sem terra” são frequentemente acusados de serem “criminosos” e “bandidos” que invadem as terras privadas para prejudicar os produtores rurais (figura 3). Seguindo este raciocínio, aqueles que não possuem as mesmas qualificações morais e não enfrentam, como os produtores rurais, as intempéries às quais estão sujeitos os seus empreendimentos, devem ser, senão

⁷ O caráter revolucionário do Movimento Segurança no Campo somente pode ser interpretado por um viés irônico (o que creio ser a sugestão do autor), uma vez que o empenho destas massas não busca mudança profunda de um sistema que percebem estar degradado, mas ao aprofundamento das condições de degradação subjetiva de determinados indivíduos neste sistema.



sumariamente eliminados, no mínimo, constrangidos devido à indignidade de seus princípios políticos. A vinculação à ilegalidade e a degradação da imagem pessoal daqueles que são considerados “inimigos” torna em alguma medida a violência nestes conflitos, no mínimo, mais justificável.



Figura 3 – A imagem reproduz o conteúdo da página do Movimento Paz no Campo na rede Instagram (2021)

O autor avalia que, diante de um recuo na ressonância dos movimentos democráticos na sociedade, a violência direta, com destaque para a policial, se tornou crescentemente desejável e até comemorada nos contextos de litígio. A comemoração se espalha ainda mais facilmente em grupos de mensagens, nos quais vídeos de violência policial circulam com rapidez e, como ressalta o autor, em geral enaltecem a necessidade do uso extremo da força contra os considerados degradadores da ordem social. Assim, para além da violência física, espalha-se como tendência neste atual cenário a prática do linchamento virtual destes considerados inimigos. Não coincidentemente, como também foi apontado pelo Repórter Brasil, é por meio destes grupos de mensagens instantâneas que o MSC mantém relações com o responsável pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais.

O uso efetivo da força, a fixação inimigos, o combate a tudo aquilo que eles representam, e, sobretudo a imposição de uma ordem paralela que conta com a condescendência das forças policiais oficiais do estado, torna este ímpeto militarista para a guerra num complexo arranjo que funciona como uma espécie de milícia. O



elemento coercitivo das milícias nos permite compreender a profunda simbiose que há entre estas organizações e as forças policiais, sobretudo se compreendermos que a “condição primordial de existência do Estado” é a de “máquina de guerra” (MENEGAT, 2019, p.155).

Sobre isso Menegat analisa que em uma sociedade em “convulsão devido à frustração das massas por não conseguirem satisfazer suas necessidades elementares” o Estado intensifica sua tendência de preservar “sua capacidade de intervenção na estabilização” destas massas. Sob um “sistema totalitário de mútua dependência”, com a ampliação das convulsões geradas pela atual fase do capitalismo, a função de guerra do Estado tende a ser ainda mais demandada, com isso, é revelada a incapacidade do próprio Estado de alcançar a plenitude destes seus propósitos. Na medida em que o desemprego se torna mais evidente para os indivíduos, amplia-se a exigência por recrudescimento dos engenhos de guerra em exercício. Uma vez frustrada a capacidade do Estado de conter a convulsão das massas no evidenciar das contradições estruturais deste sistema, uma parcela dos afetados por tal inefetividade toma a frente da ação, atuando como uma espécie de vanguarda.

Falando de um contexto diferente do que está aqui em estudo, Bruno Paes Manso, autor do livro “A República das Milícias: dos esquadrões de morte à era Bolsonaro”, investigou os grupos paramilitares que controlam extensos territórios no estado do Rio de Janeiro. Estes grupos são compostos por policiais da ativa e ex-policiais que, sob a promessa de combate ao crime organizado, cobram “taxas de serviço” dos moradores em vários bairros da cidade do Rio. Esta tendência vem se espalhando nas últimas décadas e condiciona os moradores dos bairros onde atuam as milícias, por exemplo, à aquisição de serviços básicos como gás e ligações clandestinas de televisão e internet com prestadores vinculados ao sistema. Manso (2020) fala de um “sistema ético baseado na pedagogia da violência”. Sob esse sistema combate-se a violência do tráfico com a violência das milícias. Embora o Movimento Segurança no Campo alinhe seus propósitos em outra conjunção de relações sociais de produção – ligada à disputa direta e indireta pelo controle das terras em áreas não-urbanas – podemos analisar as práticas de linchamento moral e humilhação pública aqui já citadas como manifestações disto que Manso chama de pedagogia da violência.



Ainda que sob a guarida de uma autoridade estadual, além do nítido alinhamento com a posição defendida pelo atual presidente⁸, Jair Bolsonaro, o que se observa neste contexto é a ampliação da exposição dos indivíduos (e de seus bens) em função do engajamento contra isto que se lhes apresenta como uma degradação dos valores morais da sociedade – degradação que os “sem terra” não são os únicos representantes. Convencidos de que é chegada a hora de agir contra essa tendência regressiva, estes indivíduos se engajam nas frentes de combate desta guerra cujos inimigos são todos aqueles que pareçam ameaçar “a ordem das coisas” [*sic*]. Nesta guerra, os convocados tornam-se combatentes à disposição deste propósito. Com o intuito de evitar que a ameaça inimiga se espalhe, alguns deles (não todos) se expõem com violência a violência dos conflitos, movidos, ao que parece, não somente pelo interesse sobre as terras, que não necessariamente lhes serão diretamente úteis, mas por uma espécie de convicção pessoal de se estar sustentando uma posição que é moralmente superior.

Tal percepção de superioridade alinha-se àquilo que os produtores rurais incorporam para além da própria consciência e agência neste contexto imediato. Na tentativa trágica de acompanhar a melodia da valsa tocada “nas suas costas”, os membros desta milícia defendem com unhas e dentes seus interesses mais íntimos. Fazendo isto, com ou sem paixão, asseguram com suas próprias armas em punho a “lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 2013, p.79), que é a lei da valorização do valor. É somente enquanto personificação do capital que a necessidade transitória do capitalista (que pode ser do estômago ou da imaginação) é incluída “na necessidade transitória do modo de produção capitalista” (p.667) – e somente em razão deste vínculo de personificação que sua superioridade material é ratificada na ordem social.

Assim, os membros destas milícias, tanto motivados pelo “ímpeto militarista” (FELTRAN, 2020), quanto orientados por aquilo que Manso (2020) chamou de “pedagogia da violência”, ao agirem em favor dos próprios interesses estão também a defender as mais impessoais necessidades do capital. No contexto aqui analisado, estas tendências aparecem como recursos a um movimento que tem em seus membros

⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/bolsonaro-critica-terrorismo-no-campo-e-diz-que-nao-ira-regulamentar-desapropriacao-por-trabalho-escravo.shtml>



indivíduos dispostos à violência para defender uma posição que se aglutina em torno de premissas morais, ao mesmo tempo em que repõe a lei econômica.

Se analisarmos a função lógica destas forças paralelas neste estado das coisas, ela não pode seguir outro intento senão o de colocar em prática por métodos diferentes o propósito de coerção destas massas, que um dia esperou-se confiar às instituições policiais. As milícias exercem uma espécie de prolongamento dos desígnios do Estado, aqui distinguidos por Menegat (2019). Porém, ao mesmo tempo em que balizam as condições de satisfação do princípio abstrato de valorização do valor, eventualmente expõem os indivíduos que personificam o capital. Quando a brutalidade destes mecanismos foge dos limites tolerados (e naturalizados) pelas próprias instituições, são os indivíduos que juridicamente devem responder pelos excessos, como foi o caso do ataque de 2017 do Movimento Segurança no Campo, pelo qual o empresário Leonardo Andrade foi responsabilizado.

Ao contrário dos argumentos que interpretam que a associação entre forças policiais a produtores rurais representa a sobreposição da uma ordem pessoal à ordem pública, é a ordem privada que personifica, assim como o Estado, as necessidades abstratas do capital. Atuando abertamente como uma milícia rural que se articula formal e informalmente com o Estado, personificando as necessidades do capital, a vanguarda norte-mineira do Movimento Segurança no Campo explicita o caráter de guerra da era atual do capital.

Considerações finais

A violência dos crescentes conflitos no campo se expressa sob condições específicas no atual momento histórico da sociedade brasileira no explicitar das impossibilidades do sistema do capital. Mas por que então ainda se tem a impressão de ser uma violência pessoal e antiga? Há nestas análises uma intensão modernizadora que aponta para a necessidade de correção do atavismo da violência coronelista. As saídas apontadas pela substituição das atuais expressões de violência no contexto de dominação impessoal do capital, assemelhem-se elas ao sistema coronelista ou não, são “portas da esperança” que por detrás delas ou há alguém vestido como um “monstro” ou não há absolutamente ninguém.



O seu explicitar indiscutivelmente violento, bem como o alinhamento com a função repressiva do Estado, indicam que o Movimento Segurança no Campo não surge apenas como articulador de interesses pessoais, mas em forte sintonia com a necessidade de constrangimento da crescente massa que “não consegue satisfazer suas próprias necessidades”. No evidenciar da crise, que tendencialmente restringe as condições de satisfação das necessidades, o recurso à violência física e moral é uma das frentes de contensão das convulsões sociais geradas pela própria crise. Não se tratando de uma simples defesa de interesses pessoais, ainda que estes estejam em jogo (inclusive também posicionados no *front* da guerra), os membros destas milícias rurais, diferentemente dos argumentos que os apontam como representantes de uma ordem antiga na qual prevalecem os interesses pessoais, incorporam e dançam, assim com as forças do Estado, conforme a música das necessidades abstratas do capital.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história**. São Paulo: Alameda, 2020.

COSTA, J.B.A. **Conflitos ambientais no sertão roseano: a atualização do carrancismo contra veredeiros e quilombolas em Minas Gerais**. Revista Anuário Antropológico, V.45, P.287-303, 3/2020.

FELTRAN, G. **The revolution we are living**. Hau: journal of ethnographic theory, v. 10, p. 12-20, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte De Minas**. Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade. V.3, 2/2021.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política** (volume I). São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEGAT, M. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

REPÓRTER BRASIL. Série de Reportagem “**A nova cara do Velho Chico**”, 2020.

Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/velhochico/de-grande-sertao-a-bacurau>

PODCAST “A república das Milícias”, com Bruno Manso, 2020. Disponível em:

<https://www.deezer.com/br/show/2925952>